



Deficit poderá chegar a R\$ 118 bilhões

Dado está em parecer ao projeto que muda a meta de resultado primário em 2015; “pedaladas” somam R\$ 55 bilhões

O déficit primário do governo pode chegar a R\$ 118 bilhões em 2015. O número consta do deputado Hugo Leal ao projeto do governo que altera a meta fiscal. Texto, que será votado na Comissão de Orçamento, inclui R\$ 55 bilhões em dívidas de “pedaladas”. | 8

Presidente do BC nega uso de reservas

Alexandre Tombini disse a deputados da Comissão de Finanças e Tributação que rejeita qualquer hipótese de usar as reservas internacionais para cobrir o déficit orçamentário. “São um seguro para a economia”, afirmou o presidente do Banco Central. | 8

Plenário da Câmara aprova tratado de cooperação judicial entre Brasil e Japão

O Plenário da Câmara aprovou os termos de tratado internacional firmado no ano passado entre Brasil e Japão. Esse tratado de cooperação judicial facilita a transferência mútua de condenados a fim de que cumpram pena em seu país de origem. | 3

Comissão do Consumidor vai pedir a suspensão do serviço Uber

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara vai pedir ao Ministério da Justiça a suspensão temporária do serviço Uber de transporte de passageiros. Uma representação ao Cade sugere a investigação de prática de infração à ordem econômica. | 6



Luis Macedo

O PRESIDENTE DA CÂMARA, EDUARDO CUNHA, revogou o rito proposto para processos de impeachment de presidente da República. Os pedidos contra Dilma serão analisados caso a caso, conforme a Constituição, as leis e o Regimento Interno. | 3



Luciano Pontes/Secom AC

MIGRANTES HAITIANOS EMBARCAM em Rio Branco rumo a Rondônia, em busca de oportunidades de emprego. Especialistas afirmam que a nova Lei da Migração deve assegurar direitos e sugerem aprimoramento na proposta em análise na Câmara. | 4

Câmara homenageia os 120 anos do Correio do Povo

Sessão solene lembrou a criação do jornal gaúcho, fundado no final do século 19 por Francisco Caldas Junior

A Câmara dos Deputados homenageou em sessão solene, na última quinta-feira, os 120 anos da criação do jornal Correio do Povo, do Rio Grande do Sul. O jornal foi criado com o intuito de ser o primeiro diário gaúcho apartidário, independente e voltado apenas aos interesses dos leitores e da comunidade.

A sessão foi presidida pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS), autor do pedido de homenagem, que destacou o fundador do jornal, o jornalista Francisco Vieira Caldas Junior. “Caldas Junior não era político, por isso fez um jornal que não teve uma causa específica nem envolvimento partidário. Seu objetivo seria só vender notícias. Um jornal sem um lado ou bandeira como os outros. Não participava nem ali-



Deputados da bancada gaúcha e jornalista do Correio do Povo durante a sessão solene

mentava a radicalização do estado”, afirmou.

O deputado destacou ainda a importância do jornal

para o Rio Grande do Sul. “Ter um jornal tão longo orgulha a todos os gaúchos. Um jornal que ajuda a pen-

sar o Rio Grande e o Brasil.”

O deputado José Stédile (PSB-RS) afirmou que o periódico teve importância

“Caldas Junior não era político, por isso fez um jornal que não tinha envolvimento partidário”

Deputado Osmar Terra

fundamental em sua vida, por ser a fonte principal de informações durante a juventude. “Só sou deputado porque eu era rato de biblioteca e passei no vestibular só lendo o Correio do Povo, que era a fonte histórica do nosso estado e do nosso País”.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) enviou mensagem ao Plenário na qual elogia o Correio. “Celebramos a trajetória de um representante da melhor imprensa brasileira, sempre a serviço do interesse público e comprometido com a qualidade da informação.”



» Comissão geral

O Plenário debate em comissão geral políticas públicas para a juventude. Com representantes do Executivo e da Justiça. Plenário Ulysses Guimarães, 10h

» Tráfico de armas

A Subcomissão Permanente sobre Combate ao Crime Organizado debate o tráfico de armas no Brasil. Plenário 6, 11h

» Desigualdade racial

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realiza mesa-redonda em parceria com o Unicef sobre “Desigualdade Étnico-Racial, Direitos e Cidadania”. Plenário 9, 11h

» PPA e PNE

As comissões de Educação; e de Finanças e Tributação

debatem a consonância do Plano Plurianual e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Plenário 12, 14h

» Meio Ambiente

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável discute “conservação e o uso sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos”. Plenário 8, 14h

» Cuidador de idosos

A Comissão de Seguridade Social e Família debate projeto que dispõe sobre o exercício da profissão de

cuidador de pessoa idosa. Plenário 7, 14h30

» Fundos de Pensão

A CPI que investiga fundos de pensão ouve o empresário, Cláudio Augusto Mente; e o ex-diretor do Postal, Adilson Florêncio da Costa. Plenário 3, 14h30

» Conselho de Ética

Reunião para a instauração de processo referente à representação do Psol e da Rede em desfavor do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Plenário 11, 14h30

» Crimes Cibernéticos

Audiência pública sobre o sistema de votação eletrônica. Com o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Giuseppe Janino; e o coordenador de Sistemas Eleitorais do TSE, José de Melo Cruz, Plenário 9, 15h



Leia a agenda completa no celular

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

Luiza Erundina (PSB-SP)

Ricardo Izar (PSD-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

Diretor-Executivo: Claudio Lessa

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Gilberto Miranda

Renato Palet

Roselene Guedes

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
José Carlos Araújo (PSD-BA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos
Lúcio Vale (PR-PA)

Corregedor Parlamentar
Carlos Manato (SD-ES)

Procurador Parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor Parlamentar
Nelson Markezelli (PTB-SP)

Coordenadora dos Direitos da Mulher
Dâmina Pereira (PMN-MG)

Procuradora da Mulher
Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Secretário de Relações Internacionais
Átila Lins (PSD-AM)

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Impresso na Câmara
dos Deputados (DEAPA)



Papel procedente de florestas plantadas



Leia esta edição no celular

Câmara aprova acordo entre Brasil e Japão

O tratado, de 2014, facilita a transferência mútua de condenados a fim de que cumpram pena em seu país de origem

O Plenário da Câmara aprovou na quinta-feira (29) os termos de tratado internacional firmado entre Brasil e Japão na área penal. O tratado facilita a transferência mútua de condenados a fim de que cumpram pena em seu país de origem. O texto aprovado é o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 102/15, que segue para o Senado.

O tratado foi assinado em Tóquio, em janeiro de 2014, e estabelece que, para fins de transferência, a pessoa deve ser condenada por decisão transitada em julgado e ter aceitado com o retorno ao país de origem. A cooperação judicial será realizada entre o Ministério da Justiça, no Brasil, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Japão.

Pelo texto, o país que receber o condenado será responsável por fiscalizar o cumprimento da pena e poderá usar a lei doméstica para disciplinar os casos de redução do tempo de reclusão ou de concessão de liberdade condicional.

No entanto, o Estado receptor deverá respeitar a natureza legal e a duração da



Aprovado pelo Plenário, o acordo de cooperação judicial com o Japão segue agora para o Senado

pena determinadas pelo país de origem da sentença judicial, exceto nos casos em que a pena for incompatível com a lei do Estado que vai receber o condenado. Na prática, essa medida afasta a possibilidade de o Brasil adotar a pena de morte, prevista no Japão.

Também foi aprovada a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica, com o

objetivo de estreitar as relações entre os parlamentares dos dois países e de permitir troca de experiências. A medida está prevista no Projeto de Resolução (PRC 14/99), de autoria do deputado Marcos Afonso (PT-AC), já promulgado.

Os deputados aprovaram ainda o Projeto de Resolução 241/14, do deputado Laércio

Oliveira (SDD-SE), também já promulgado, que insere o setor de serviços entre as atribuições da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara, que passa a se chamar Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Adiamento - O Plenário também adiou para a próxima semana a Medida Pro-

visória 685/15, que estimula o pagamento de débitos tributários contestados pelos contribuintes. A MP estabelece que para aderir ao Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit), o contribuinte deverá pagar em espécie parte do total do débito até o último dia útil do mês da opção.

Outro item que pode ser analisado é a Proposta de Emenda à Constituição 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrarem pelos cursos de pós-graduação lato sensu, inclusive mestrado profissional.

O Plenário já aprovou em primeiro turno o texto-base da PEC. Falta analisar os destaques apresentados ao texto do relator, Cleber Verde (PRB-MA), que pedem a exclusão da possibilidade de mestrado profissional pago.

Esses destaques são de vários partidos que temem prejuízos ao mestrado acadêmico devido à equivalência, para o aluno, desses títulos (profissional e acadêmico), o que desestimularia a procura pelo acadêmico.

PRESIDÊNCIA

Cunha revoga decisão que definia rito de impeachment

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, revogou o rito definido por ele para ser adotado pela Casa na análise de pedidos de impeachment de presidente da República. O rito já havia sido suspenso por liminares dos ministros Teori Zavascki e Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que acolheram os argumentos de mandados de segurança propostos por deputados da base aliada.

Cunha chegou a recorrer contra as liminares, mas preferiu revogar o rito antes de o STF julgar os recursos apresentados por ele.

Em entrevista na quinta-feira (29), Cunha disse que o rito dos pedidos de impeachment da presidente Dilma Rousseff será definido a cada situação que for colocada, de acordo com a Constituição e

a Lei 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o processo de julgamento.

Decisão anterior - Os procedimentos a serem adotados pela Câmara no caso de pedidos de impeachment haviam sido definidos por Cunha no dia 24 de setembro, quando ele leu, em Plenário, sua resposta à questão de ordem 105/15, apresentada pelo líder do DEM, Mendonça Filho (PE).

Entre os questionamentos, estavam quais eram os requisitos para que a denúncia fosse aceita e se caberia recurso ao Plenário no caso de o presidente da Câmara rejeitar o pedido de abertura de processo.

Na ocasião, Cunha definiu que qualquer parlamentar poderia apresentar, no



O presidente Eduardo Cunha, em entrevista na quarta-feira

prazo de até cinco sessões, recurso ao Plenário contra decisões contrárias à abertura de processo.

Legislação - No entendimento do líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP), como os ministros do STF se manifestaram pela suspensão apenas dos trechos que ino-

varam em relação à legislação, ficam mantidas as regras previstas na Lei 1.079/50 e no Regimento Interno.

“Com a revogação do rito, restabelece-se que ele [Cunha] tem o poder de deferir ou de indeferir e, como o regimento [da Câmara] prevê textualmente, está mantida

“Vale toda a interpretação da Constituição e da lei, como tem que ser, como, aliás, era.”

Deputado Eduardo Cunha

a possibilidade de recursos ao Plenário”, disse Sampaio, cobrando de Cunha o quanto antes uma decisão sobre a abertura de processo contra Dilma Rousseff.

Já o deputado Miro Teixeira (REDE-RJ) ressaltou que o regimento da Câmara prevê a possibilidade de recurso apenas em caso de indeferimento. “É curioso que o regimento só preveja recurso em caso de indeferimento. Penso que se deve aplicar também o recurso no caso de deferimento”, disse.

Especialistas pedem garantias para refugiados na nova Lei de Migração

Em audiência pública na Câmara, debatedores sugeriram aprimoramentos na proposta

Especialistas sugeriram na Câmara que a proposta de nova Lei de Migração (PL 2516/15) inclua garantias para refugiados. O tema foi debatido em audiência pública na comissão especial que analisa o projeto.

Para o chefe da unidade legal do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil, Gabriel Godoy, o enfoque da proposta é a garantia de direitos, o que representa uma evolução à lei atual (Estatuto do Estrangeiro), que criminaliza os imigrantes. Ele sugeriu melhorias no texto para refugiados e apátridas, aqueles que não são considerados nacionais de nenhum país.

“Já não se fala mais de criminalização da circulação indocumentada ou irregular, até porque, no caso dos refugiados, o ingresso indocumentado ou com documento falso é a única maneira de se deixar uma zona de conflito. É o que estamos vendo com muitos refugiados sírios que têm buscado o Brasil para reconstruir suas vidas”, declarou Godoy.

Perspectiva - O procura-



Segundo Bruna Furlan, a comissão poderá votar projeto da nova Lei de Migração até o fim do ano

dor federal dos direitos do cidadão Aurélio Rios considerou a proposta adequada a tratados internacionais assinados pelo Brasil, mas criticou os artigos que restringem direitos dos imigrantes. Segundo ele, a crise migratória mundial mostra que o País deve adotar uma perspectiva mais solidária em sua política.

O procurador sugeriu que os dispositivos relacionados à extradição sejam retirados do projeto. “A nossa ideia

sempre foi a de discriminar a migração. Não dá para misturar as coisas”, alegou.

Direitos - O defensor público de São Paulo Daniel Chiaretti, integrante do serviço de atendimento ao imigrante, também sugeriu a exclusão de artigos que restringem o acesso à Justiça e a direitos trabalhistas dos imigrantes ainda não regularizados.

O representante do Ministério da Justiça João Granja ressaltou a importância de

conhecer os migrantes que chegam ao País. Ele sugeriu a inclusão de salvaguardas na lei para os brasileiros que optarem por mudar de nacionalidade.

A presidente da comissão especial que analisa o projeto, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), quer votar a proposta no colegiado até o final do ano. O projeto já foi aprovado pelo Senado e, depois de passar pela comissão, seguirá para o Plenário da Câmara.

SEGURANÇA

Para deputado, ação antidroga eleva violência

Drogas permitidas matam mais que as ilícitas no Brasil, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O assunto foi discutido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara.

Segundo o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), a política brasileira de combate às drogas, que tem um caráter proibitivo e criminalizador, tem fortalecido organizações criminosas e aumentado os índices de violência no País. Ele também afirmou que o Brasil tem de ousar mais em suas políticas, como fez o Uruguai.

“A questão das drogas tem que ser tratada com políticas de saúde, de prevenção, de educação. Temos no Brasil, hoje, por ano, 57 mil homicídios e cerca de 300 pessoas que morrem por abuso de drogas. Ora, 57 mil homicídios demonstram que a política de guerra às drogas mata mais do que as drogas.”

Inadequado - O representante da Associação Juízes para a Democracia, José Henrique Torres, foi enfático ao afirmar que a atual Lei de Drogas (11.343/06) não respeita os direitos humanos, principalmente por tratar o usuário como inimigo. Além disso, não define a diferença entre usuário e traficante.

Torres afirmou que o Brasil poderia seguir o caminho de outros países. “Em primeiro lugar, descriminalizando, isso é imprescindível. A regulamentação é pelo controle das drogas de outra forma: classificação, venda, o próprio governo produzir e vender, controlar por meio de clubes. Enfim, alternativas têm que ser encontradas”, declarou.

Papel - O coordenador de segurança humana da ONG Viva Rio, Ubiratan Angelo, acrescentou que é preciso repensar a legalidade das drogas e redefinir o papel das forças de segurança.

No ano que vem, o Brasil participará de encontro promovido pelas Organizações das Nações Unidas que discutirá o tema e que deve propor um novo marco legal.

Debate cobra controle de armas na fronteira

O superintendente de Segurança Pública da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Antonio Carlos Videira, afirmou na Câmara que é preciso rever as políticas de segurança das fronteiras brasileiras com os países da América do Sul para barrar a transferência de armas e drogas para o País.

O tráfico de armas no Brasil foi o assunto principal do debate promovido pela subcomissão permanente que trata do combate ao crime organizado, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

De acordo com Videira, o fluxo de armas nas fronteiras alimenta a criminalidade em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. “Desde que se iniciaram as pacificações dos morros do RJ, houve um au-



Para Videira, o fluxo de armas alimenta criminalidade no RJ e em SP

mento na demanda de armas do tipo fuzil [vindas do Paraguai, Colômbia e Bolívia]. Quando se expulsa, prende ou desarticula o tráfico de um morro, os traficantes se mudam e quem se vê ameaçado precisa se defender e demanda armas com calibre maior”, afirmou.

A audiência foi solicitada pelo deputado Aluísio Mendes (PSDC-MA) com o objetivo de formular propostas que visem diminuir a criminalidade no País. “Esse é um problema atual e que contribui em muito para o aumento da criminalidade”, afirmou.

Mendes concordou com

Videira e disse que o governo deveria agir com mais firmeza na relação com os países de fronteira a fim de combater o fluxo de materiais para o crime organizado.

“O governo brasileiro está ciente e omisso. Por que não podemos cobrar dos países o cumprimento de tratados? Por que não podemos cobrar o tratado de devolução de carros roubados? De cada 10, eles entregam um e o Brasil fica omisso”, disse.

Já para o subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Segurança do Rio, Pehkx Jones Gomes da Silveira, o porte de armas de uso militar como granadas, fuzis, bombas, deveria ser considerado crime hediondo para gerar mais respeito e medo por parte das pessoas que as utilizam.

Ex-presidente da Funcef nega prejuízos na gestão

Guilherme Lacerda, que presidiu o fundo da Caixa entre 2003 e 2009, depôs na CPI que investiga irregularidades

Rafael Carvalho

Em depoimento à CPI dos Fundos de Pensão, o ex-presidente da Fundação dos Economiários Federais (Funcef) Guilherme Lacerda negou prejuízos durante sua gestão (2003-2010), apesar das dificuldades enfrentadas. Ele ressaltou ter assumido a instituição em situação complexa, com 26 processos no Ministério Público, na Polícia Federal, na Comissão de Valores Mobiliários e no Sistema de Proteção ao Crédito (atual Previc).

“Havia ainda vários investimentos com riscos altos, como em ferrovias paulistas e em telefonia, e uma imagem institucional negativa, desgastada, com baixíssima governança”, disse.

Ele contou que, ao assumir, providenciou um diagnóstico da situação. Foram feitas visitas aos órgãos fiscalizadores e houve a instalação de grupo técnico para fornecimento de informações. As medidas incluíram a conclusão de um acordo judicial com a Caixa, que resultou no recebimento de R\$ 2,7 bilhões pela Funcef.

Patrimônio - Entre os marcos de sua gestão, Lacerda destacou o aumento

O deputado Marcus Vicente (PP-ES), um dos autores do pedido da audiência, apontou deficit de R\$ 2,4 bi na Funcef em 2008

no patrimônio da Funcef, que passou de R\$ 9,7 bilhões a R\$ 44 bilhões.

Outro fato, segundo ele, foi o aumento real das aposentadorias: 30% de reajuste real e 27,61% de reajuste pelo INPC, totalizando 65,89%. O benefício médio, que era de R\$ 1.501 em 2003, passou para R\$ 2.878 em 2010.

Deficit - Apesar dos argumentos, o deputado Marcus Vicente (PP-ES), um dos autores do requerimento da audiência, apontou um deficit de R\$ 2,4 bilhões na Funcef em 2008. A isso, o ex-presidente respondeu que “2008 foi um ano atípico nos últimos 150 anos”, em referência à crise internacional.

Embates - A reunião foi marcada por embates entre deputados da oposição e governistas sobre a responsabilidade do governo que teria levado a Funcef a um deficit de mais de R\$ 5 bilhões nos



Guilherme Lacerda afirmou que, em sua gestão, patrimônio da Funcef aumentou para R\$ 44 bilhões

últimos anos – se o do PSDB ou o do PT. O líder do PPS, Rubens Bueno (PR), chamou atenção para a aplicação de recursos da Funcef na Sete Brasil, que gerou prejuízo. “Ele esteve lá por oito anos e deixou esse legado.”

Também foi criticado o fato de Lacerda ser filiado ao PT. Erika Kokay (PT-DF) disse que não se pode classificar sua gestão de desastrosa por isso. “Tantos negócios foram feitos na Funcef no governo Fernando Henrique e isso parece que foi esquecido.”

Prazo maior para recompor deficits

Na reunião, foi aprovada uma recomendação do relator, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), ao Conselho Nacional de Previdência Complementar, para que os fundos de pensão tenham um prazo maior do que os atuais três anos para recompor seus deficits.

A recomendação foi aprovada com uma suges-

tão do deputado Raul Jungmann (PPS-PE) para que a recomposição seja feita apenas pela patrocinadora do fundo e não atinja o beneficiário.

De acordo com Sergio Souza, o documento da CPI busca incentivar a elaboração de regras que protejam os beneficiários dos fundos de pensão.

CRIMES CIBERNÉTICOS

Perfil não tem financiamento do PT, diz publicitário

Lucio Bernardo Jr.

O publicitário Jeferson Monteiro, criador do perfil Dilma Bolada na internet, negou que preste serviço ao PT e afirmou que atua de maneira independente. Monteiro depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Crimes Cibernéticos. Ele confirmou que sua empresa, Moj Comunicação, tem contrato de R\$ 20 mil com a agência Pepper para fazer trabalhos de monitoramento de redes e estratégia para clientes.

Em resposta ao deputado Sandro Alex (PPS-PR), Monteiro negou matéria da revista *Época* de que o PT pagava a Moj por meio da agência Pepper. De acordo com ele, o contrato com a Pepper é confidencial e, portanto, detalhes não podem ser re-

velados, mas se propôs a entregar à CPI os dados sobre a movimentação financeira da sua empresa.

Críticas a Dilma - O publicitário também negou que haja relação entre o fim do contrato entre a Pepper e o PT e as suas recentes críticas à presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, houve apenas uma manifestação de frustração com os rumos do governo. “O que expus foi em relação ao governo ter tomado atitudes com as quais eu me surpreendi, como a demissão do ministro Renato Janine Ribeiro. Eu não poderia continuar apoiando da forma como fazia, mas defendendo o mandato dela.”

Operação Acrônimo - O deputado Alexandre Leite (DEM-SP), autor do convite

a Jeferson Monteiro, questionou se ele tem relação com as investigações da Operação Acrônimo, que apura supostas irregularidades na campanha do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT). Monteiro negou que tenha sido processado e afirmou que toda a documentação de seu contrato com a Pepper está no Superior Tribunal de Justiça e não há irregularidade.

Fábio Sousa (PSDB-GO) criticou as postagens feitas pelo perfil Dilma Bolada contra a jornalista Raquel Sheherazade e a ex-senadora Marina Silva. Monteiro disse que “perdeu a cabeça” ao fazer acusações ao senador Aécio Neves depois de ter sido acusado de receber dinheiro do mensalão por um



Jeferson Monteiro, criador do Dilma Bolada, em reunião da CPI

perfil fake da campanha do PSDB. Ele também admitiu que “passou do limite” ao ofender a jornalista do SBT.

Colaboração - O deputado Leo de Brito (PT-AC) reforçou que Jeferson Monteiro foi à CPI para colabo-

rar e disse que o perfil Dilma Bolada não é fake, nem faz apologia à violência. “Não adianta discutir um possível financiamento do blog se não há prática criminosa. Não faz sentido criminalizar um perfil de humor.”

Debatedores divergem sobre contribuição sindical

Algumas entidades defendem pagamento só de sindicalizados; outras, a cobrança compulsória de toda a categoria

A Comissão Especial de Financiamento da Atividade Sindical reuniu representantes das centrais sindicais, de tribunais e entidades para discutir as fontes de recursos sindicais, ameaçadas por questionamentos judiciais e por projetos em tramitação.

O presidente da comissão, Paulo Pereira da Silva (SD-SP), explicou que ideia é construir uma proposta em torno de 22 projetos de lei que tramitam sobre estrutura sindical, financiamento e organização de sindicatos, entre outros pontos.

As fontes de financiamento preocupam os sindicalistas porque algumas são questionadas judicialmente, como as contribuições assistencial e confederativa, definidas em assembleias. Uma súmula do Supremo considera o pagamento obrigatório apenas para sindicalizados, e não para toda a categoria.

Outra fonte de recursos, o imposto sindical, é questionado por algumas centrais e pode ser extinta por projetos em tramitação.

Divisão - A contribuição divide as centrais sindicais. A Conlutas é contra qual-



Gilmar Felix

Na audiência foram ouvidos o presidente do TST e representantes de sindicatos e da OAB

quer contribuição obrigatória. “Achamos que qualquer fonte de financiamento compulsória precisa ter fim. E isso significa acabar com o imposto sindical”, disse Gibran Ramos Jordão, secretário-executivo da entidade.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) faz uma campanha pelo fim da contribuição e defende a substituição pela contribuição da negociação coletiva, decidida livremente em assembleia. “Queremos, pri-

meiro, que seja criada uma nova contribuição, discutida e aprovada em assembleia, para depois acabar com o imposto. Não podemos matar os nossos sindicatos de inanição”, disse Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos da CUT.

Imposto sindical - Na Câmara, o PL 870/15, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), revoga o capítulo da CLT que prevê a existência do imposto sindical. O deputado argumenta

que a Constituição de 1998 adotou o princípio da liberdade, segundo o qual ninguém pode ser obrigado a se sindicalizar

Relator da proposta na Comissão de Trabalho, Laércio Oliveira (SD-SE) defendeu a contribuição em seu parecer. “Devemos garantir que a compulsoriedade da contribuição seja respeitada, já que a sua alteração só pode ser feita por emenda à Constituição. Além disso, a proposta provocará o esva-

ziamento dos sindicatos.”

Defesa - O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Antonio Levenhagen, defendeu a manutenção da contribuição porque, sem essa renda, os sindicatos não teriam condições de realizar sua atividade. “Acabar com a contribuição compulsória tira o fôlego e o poder negocial do sindicato”, disse Pascoal Carneiro, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Já Carlos Roberto Pereira, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, apontou risco maior para os sindicatos de decisões judiciais contrárias ao pagamento de contribuições como a assistencial. O Ministério Público do Trabalho pede, em uma ação, a suspensão da exigibilidade dessa contribuição a não sindicalizados.

OAB - Representante da OAB, Bruno Reis de Figueiredo defendeu a cobrança a todos os trabalhadores de uma categoria, sob o argumento de que conquistas do sindicato, tanto financeiras quanto de condições de trabalho, valem para todos.

CONSUMIDOR

Comissão pedirá a suspensão temporária do Uber no País

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou requerimento para pedir à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça a suspensão temporária do serviço Uber de transporte de passageiros. O texto alega prática abusiva do Uber com base no Código de Defesa do Consumidor, que veda ao fornecedor colocar no mercado qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas por órgãos oficiais.

Para o deputado Ricardo Izar (PSD-SP), que votou contra, a comissão nem deveria ter discutido o assunto. “O mérito aqui é do consumidor, não temos o poder de tomar uma decisão de um tribunal de Justiça. É um requerimento para jogar para a plateia, pois não vai ter utilidade nenhuma.”



Thyago Marcel

Debate na Comissão de Trabalho expôs divergências sobre Uber

Respeito à legislação - O autor do requerimento, deputado Celso Russomano (PRB-SP), afirmou que não é contra o Uber, desde que respeite a legislação. “A livre iniciativa é de fato respeitada pela legislação, mas quando a prestação de serviço é regulamentada, a pró-

pria Constituição estabelece que a União pode legislar e até conceder aos municípios a permissão para legislar em determinados segmentos de transporte. A legislação tem que ser respeitada.”

Russomano lembrou que há uma ação na Justiça tratando apenas da permissão

de prestar o serviço. Se a ação fosse sobre a legislação vigente, disse, o serviço não poderia existir, porque, entre outros motivos, só aceita cartão de crédito ou débito.

Exigências - O deputado disse ainda que todo serviço de transporte coletivo ou individual de aluguel deve ter placa vermelha, de acordo com o código de trânsito, e motoristas profissionais de categoria estabelecida em lei, além de pagar taxas.

A presidente do Sindicato dos Taxistas do DF, Maria Santana, esteve na votação e disse que o resultado representou o respeito ao direito do consumidor. A comissão também vai encaminhar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) representação para averiguar a prática de infração à ordem econômica pelo aplicativo.

Audiência opõe serviço e taxistas

Em audiência da Comissão do Trabalho, o diretor de políticas públicas do Uber, Daniel Mangabeira, afirmou que o serviço é acusado injustamente de clandestino e lamentou a agressão de taxistas a motoristas. Para o representante de cooperativas de taxistas Edmilson Americano, a intenção do Uber é legalizar o transporte clandestino.

Economista-chefe do Cade, Luiz Alberto Esteves avaliou que o sucesso do aplicativo se dá em razão de conseguir suprir falhas do serviço de táxi. O deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que propôs o debate, defendeu a regulamentação do serviço.

Estados defendem uso de depósitos judiciais

Secretários de Fazenda criticam decisão do Supremo para que os débitos com precatórios sejam quitados até 2020

Secretários estaduais de Fazenda e procuradores dos estados defenderam a utilização dos recursos de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios. Eles participaram de audiência pública da comissão especial que discute a proposta (PEC 74/15) que cria um regime especial transitório para que estados e municípios possam quitar os débitos.

Os precatórios consistem em dívidas acima de 60 salários mínimos contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento, com regras de prioridades. Já os depósitos judiciais são valores de terceiros, sob a guarda do Judiciário, relacionados a ações em andamento, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Apoio - A secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa, afirmou que é preciso facilitar o acesso dos estados aos depósitos ju-



Antonio Araújo

O deputado Paulo Teixeira (C) quer apresentar na semana que vem relatório preliminar da PEC 74/15

diciais. O secretário da Fazenda de São Paulo, Renato Vilela, e o coordenador da Procuradoria-Geral do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Kothe Hagemann, também apoiaram a medida.

Vilela ainda contestou a falta de transparência dos bancos públicos, que, segundo ele, não informam os valores dos depósitos judiciais

que estão sob sua guarda. O gestor sugeriu que a PEC estabeleça a obrigatoriedade de que a informação seja repassada às secretarias de Fazenda.

“Os depósitos judiciais são um dinheiro que está parado e pode ser uma alternativa”, observou o procurador-chefe do Rio de Janeiro, Emerson Barbosa Maciel. Ele

informou que, nos últimos dois anos, o estado pagou mais de R\$ 4 bilhões em precatórios e que os depósitos judiciais são superavitários e, por isso, podem ser usados para essa finalidade.

STF - Os participantes do debate criticaram ainda a decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que as dívidas acumu-

ladas em precatórios sejam quitadas até o final de 2020, sendo corrigidas, nesse período, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Para Ana Carla, os estados não têm condições de cumprir esse cronograma. Já Vilela afirmou que a decisão vai aumentar o endividamento dos entes federados. Hagemann avaliou, por sua vez, que a imposição deixará a administração gaúcha insustentável.

Relatório - O relator da comissão especial, Paulo Teixeira (PT-SP), adiantou que pretende apresentar nesta semana um parecer preliminar sobre a PEC. “Vamos construir um pacto com os municípios e os estados, para que consigamos dar uma solução às finanças desses entes.”

A intenção do relator é votar a proposta no Congresso ainda neste ano, a fim de que diminuam as dificuldades a serem enfrentadas pelos governos e prefeituras em 2016.

ECONOMIA

Entidades apontam círculo vicioso que reduz produção

A queda de 10% da produção industrial no País, um dos indicadores da crise econômica, preocupa representantes de vários setores ouvidos na Câmara em audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Foi apontada a existência de um círculo vicioso na economia: a queda nos financiamentos paralisou os investimentos, o que diminuiu a produtividade e contribuiu para a desaceleração do consumo.

O diretor da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mário Bernardini, listou alguns dos problemas estruturais do País: a falta de investimentos em tecnologia, o alto custo da mão de obra, a baixa produtividade e a deficiência de infraestrutura.

Nenhum deles é mais importante, segundo Bernar-

dini, que a falta de investimentos, cujo total é apenas metade do que o registrado nos demais países dos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul). Para Bernardini, no Brasil é mais rentável investir no mercado financeiro que na produção industrial.

O deputado Júlio César (PSD-PI), um dos que sugeriram o debate, criticou a redução dos investimentos oficiais e acrescentou outro fator, os juros altos, que tornam ainda mais caros os financiamentos.

Exportações - Já o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Humberto Barbato, disse que a falta de financiamento para exportações faz com que as empresas brasileiras deixem de ser competitivas. “Não adianta só se ter preço, a gente tem que ter as condições de venda do mercado internacional. Isso é funda-



Antonio Araújo

Bernardini listou problemas estruturais que paralisam a economia

mental.”

Barbato, que é presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), criticou as mudanças previstas na Medida Provisória 694/15, que reduziu benefícios fiscais concedidos às empresas que investem em pesquisa e inovação.

Incentivos - A diminuição dos incentivos às empresas

é uma das medidas do ajuste fiscal promovido pelo governo, que inclui a redução dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), outro fator criticado no debate.

O superintendente da Área Industrial do BNDES, Maurício Neves, admitiu a queda, principalmente no

“Investir no Brasil é burrice. É melhor colocar o dinheiro em títulos do Tesouro, que rendem 15% ao ano.”

Mário Bernardini, da Abimaq

Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame). Mas garantiu que projetos industriais aprovados continuam recebendo recursos.

Para outro representante do governo na audiência, o secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gadelha, o clima de pessimismo contamina a economia. Ele procurou passar algum otimismo aos empresários e garantiu que o ministério está atuando para diminuir o preço dos insumos, como energia elétrica.

Relator confirma deficit de R\$ 118 bi em 2015

Hugo Leal apresenta parecer ao projeto que altera resultado primário; “pedaladas fiscais” representam R\$ 55 bilhões

O deputado Hugo Leal (Pros-RJ) apresentou na quinta-feira (29) o parecer ao projeto do governo que altera a meta de resultado primário deste ano (PLN 5/15). Leal acolheu os números sugeridos pelo Executivo. Com isso, a meta oficial de 2015 sai de um superávit de R\$ 66,3 bilhões para o conjunto do setor público (União, estados, Distrito Federal e municípios) para um deficit de R\$ 48,9 bilhões.

O governo federal pode acumular deficit de R\$ 51,8 bilhões. A novidade do parecer em relação à sugestão do governo é que Leal definiu, em números, todos os abatimentos que poderão ser feitos na meta fiscal do governo federal.

Segundo o relator, o governo está autorizado, este ano, a obter um deficit primário de até R\$ 117,9 bilhões. O valor é a soma do deficit de R\$ 51,8 bilhões mais os abatimentos de R\$ 11,1 bilhões (frustração de receita de concessões) e R\$ 55 bilhões (pagamentos que o Tesouro terá que fazer por exigência do Tribunal de Contas da União).

Novidade - Este último número não consta no PLN 5. Leal decidiu inclui-



O deputado Hugo Leal, relator da proposta do governo que altera o resultado primário neste ano

“Deixar a meta sem um piso não contribuiria para o restabelecimento da confiança.”

Deputado Hugo Leal

-lo após a oposição cobrar, em reunião do colégio de líderes da Comissão Mista de Orçamento, a definição do valor exato do resultado primário. A redação proposta pelo governo traz o abatimento pela frustração de

receita, mas não prevê um valor para os pagamentos determinados pelo TCU.

Esse passivo refere-se às “pedaladas” encontradas pelo tribunal na análise das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff. São dívidas do Tesouro com o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não contabilizadas no balanço da União.

Com o relatório, a flexibilização da meta em função

do pagamento dos passivos fica autorizada, mas sujeita ao limite máximo de até R\$ 55 bilhões. “Deixar a meta sem um piso não contribuiria para o restabelecimento da confiança indispensável à superação do momento adverso”, disse Leal.

O deficit de R\$ 117,9 bilhões não é, porém, um número fechado. O deputado manteve a redação original que autoriza a compensação mútua das metas entre o governo federal e os entes

federados. O Banco Central divulgou o resultado primário até setembro, e os entes federados acumulam saldo positivo de R\$ 16,4 bilhões, bem acima da meta anual deles (R\$ 2,9 bilhões).

Crise - Hugo Leal procurou, no parecer, explicar as razões que levaram o governo a propor, pela segunda vez no ano, a alteração do resultado primário. A LDO foi aprovada com uma meta de R\$ 66,3 bilhões para o setor público, sendo R\$ 55,3 bilhões para o governo federal.

Posteriormente, em agosto, foi enviado o PLN 5, que reduziu a meta geral para R\$ 8,7 bilhões, e a do governo federal para R\$ R\$ 5,8 bilhões. O governo reconheceu a impossibilidade de fechar o ano com saldo positivo, e enviou ao deputado a proposta de deficit que ele acolheu.

Segundo Leal, a deterioração do cenário fiscal foi muito mais forte do que a projetada inicialmente pelo governo e por analistas de mercado. A receita pública caiu mais de R\$ 197 bilhões em relação à lei orçamentária. Já as despesas cresceram, principalmente as obrigatórias, que não podem ser contingenciadas.

Tombini rejeita utilizar reservas internacionais

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse a parlamentares, na quinta-feira (29), que rejeita qualquer possibilidade de utilização das reservas internacionais para cobrir o deficit no Orçamento.

Tombini recebeu um grupo de parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. A reunião, que durou mais de duas horas, foi solicitada pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que solicitou informações sobre a política cambial e o seu impacto na economia.

Segundo Tombini, as reservas internacionais têm sido consideradas pelas agências de avaliação de risco como um dos pontos

fortes da economia brasileira, com a redução da vulnerabilidade externa. “No Banco Central, certamente não apoiamos essas iniciativas de fazer encontros de passivos e ativos. Porque hoje é um colchão, é um seguro para a economia brasileira e tem funcionado bem. Com todas as incertezas em relação à nossa economia, temos uma tranquilidade do financiamento externo”, disse.

Ajuste fiscal - Tombini fez um apelo aos parlamentares no sentido de haver uma convergência política no ajuste fiscal. “Se o ajuste na parte fiscal não convergir em curto prazo, os custos serão maiores. Se conseguirmos uma conver-



Alexandre Tombini, do BC, e o deputado Jerônimo Goergen

gência política maior, para algo como um superávit de 0,7% em 2016 e nos próximos anos, isso certamente vai ajudar a reestabilizar as expectativas”, destacou.

Quanto ao apelo, Goergen disse que isso esbarra na falta de articulação política do próprio governo e também da proposta em si. “Esse ajuste fiscal é

uma ilusão. O que veio para o Congresso é aumento de imposto e de custos”, criticou o deputado.

Caminhoneiros - O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) ainda pediu ao presidente do BC que atue junto aos bancos privados para que seja cumprido o parcelamento das dívidas dos caminhoneiros, aprovado no Congresso.

De acordo com o parlamentar, somente o Banco do Brasil está repassando esse benefício de 12 meses de carência para os caminhoneiros. “Os bancos privados – Itaú, Bradesco e outros – não estão respeitando a lei que foi aprovada aqui sobre recursos do BNDES.”